

95

Investimentos para garantir o crescimento econômico do País

Antônio Corrêa de Lacerda*

Uma das conseqüências mais evidentes do quadro de instabilidade macroeconômica presente na economia brasileira nos últimos anos é a substancial queda observada nas taxas de investimento agregado.



A preços de 1980, a participação dos investimentos no PIB, medida pela Formação Bruta de Capital Fixo, caiu da média de 23,3% nos anos 70, para 17,6% nos anos 80. Em 1990 e 1991, houve nova queda para o patamar de 16% e os resultados preliminares de 1992 mostram que essa taxa dificilmente superará os 15%, significando o nível mais baixo dos últimos anos.

As razões da queda na taxa de investimentos estão diretamente relacionadas à instabilidade gerada pelos desequilíbrios macroeconômicos da nossa economia. A crise dos anos 80 significou um ponto substancial, destacando-se os seguintes aspectos:

- a) A crise de financiamento, gerada pelos desequilíbrios do setor público.
- b) O aumento da inflação, dificultando o cálculo econômico.
- c) Escassez de canais de financiamento e elevação dos juros reais.
- d) A conseqüente elevação do risco na atividade econômica.

Paralelamente a estes fatores ocorreram outros diretamente ligados, como, por exemplo, o aumento dos preços dos bens de capital relativamente à inflação média, encarecendo os investimentos. A questão da tributação não só penalizou os investimentos como encareceu o custo de oportunidade, através da sua incorporação aos juros.

Conseqüentemente, pela combinação destes fatores, houve uma generalizada redução de investimentos públicos e privados. Os investimentos das estatais federais, por exemplo, que tradicionalmente representaram papel importante na economia brasileira e respondiam por cerca de 5% do PIB no final dos anos 70 e começo dos 80, foram se reduzindo no decorrer dos anos, representando apenas 1,5% do PIB, em 1990, e em 1991.

Na área privada, os investimentos estrangeiros, que apresentavam um fluxo positivo ao longo das últimas décadas, também se reduziram, principalmente a partir da segunda metade dos anos 80. Isso, fruto não só dos desequilíbrios macroeconômicos já citados, mas também das políticas protecionistas adotadas, como a reserva de merca-

do na informática, por exemplo.

Outro aspecto muito importante aliado a essa questão é que, além da queda quantitativa observada nos investimentos, verificou-se uma deterioração qualitativa no processo. Esse fato pode ser detectado pelo aumento da participação dos investimentos em construção civil, em detrimento do item máquinas e equipamentos, particularmente os importados. A participação do item máquinas e equipamentos que chegou a representar quase 40% do total na média dos anos 70, foi-se reduzindo ao longo dos anos: 31% na média do período 1981/86, e apenas 27% na média do período 1987/91.

Da mesma forma, reduziu-se a participação dos itens importados, de 5,7% na média de 1976/80, para 3% do total nos últimos três anos.

Como conseqüência desse quadro de redução quantitativa e qualitativa dos investimentos, temos uma séria restrição à retomada do desenvolvimento econômico. A insuficiência da infra-estrutura e o atraso do parque industrial certamente representam entraves no processo, não obstante a existência de relativo grau de ociosidade na indústria. A obsolescência técnica dos equipamentos minimiza a produtividade da capacidade hoje não utilizada.

Adicionalmente aos fatores já apontados, a condição de mercado também representou um aspecto desencorajador de investimentos em atualização tecnológica nas últimas décadas: a combinação de um quadro inflacionário crescente com a possibilidade de um mercado cativo, devido à pouca exposição internacional, representou um cenário pouco propício à busca de produtividade e o seu repasse ao consumidor final.

A gradual abertura da economia brasileira com a conseqüente maior exposição ao mercado internacional, a revisão do papel do Estado, assim como o processo de desregulamentação, exigem uma nova postura frente a esses aspectos. A necessidade de propiciar as condições mínimas necessárias para a recuperação dos investimentos na economia brasileira se mostra crucial num cenário de modernização e competitividade.

Isso exige a combinação de políticas macroeconômicas que incentivem este processo assim como a ação individual dos agentes no sentido da busca de melhoria dos nossos padrões de qualidade e produtividade.

* Professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) e diretor técnico da Ordem dos Economistas (SP).